GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

Declaração Política

José Decq Mota – 15/10/2002

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

A questão do relacionamento entre o Estado e as Regiões Autónomas tem sido, ao longo dos 26 anos de existência do Sistema Autonómico, um problema que deve ser considerado como não resolvido satisfatoriamente.

O texto Constitucional é totalmente claro nas definições que interessam à questão, nomeadamente a definição de Estado Unitário e a definição quer da natureza política da Autonomia, quer das competências dos Órgãos de Governo Próprio.

Do ponto de vista teórico é seguro afirmar-se que a CRP e o Estatuto, naquilo que encerram de princípios e de regras concretas não são, eles mesmos, geradores de conflitualidade no relacionamento entre Órgãos de Soberania e Órgãos de Governo Próprio das Regiões Autónomas.

A afirmação precedente não impede que se pense por exemplo, que ainda haverá alguma coisa a clarificar na definição e amplitude das competências legislativas regionais ou que se pense que poderia haver vantagem em aprofundar no texto constitucional o conceito de autonomia financeira.

Mas o rigor da análise a que nos temos que submeter obriga-nos a dizer desde já, com clareza, duas coisas essenciais:

A primeira é que a conflitualidade que foi existindo no relacionamento entre as Regiões Autónomas e o Estado se centrou, quase sempre e principalmente no relacionamento entre Governos das Regiões e Governo da República (nos dois sentidos).

A segunda é que essa conflitualidade, se é verdade que em tempos passados foi alimentada por discordâncias sobre o Sistema Constitucional da Autonomia, discordâncias essas, aliás nunca totalmente assumidas por quem as tinha, é também verdade que teve sempre como motor principal razões políticas ou de afirmação, ou de reivindicação, ou de desconfiança, ou de incompreensão com os problemas insulares, conforme eram desenvolvidas por um lado ou por outro lado.

Cabe recordar, em abono das teses expostas, que o relacionamento desta Assembleia Legislativa Regional com a Assembleia da República nos problemas centrais, como foram a aprovação e revisão do Estatuto da Região Autónoma, tem-se pautado por critérios muito construtivos, talvez mercê do facto das propostas aqui originadas terem uma marca pluripartidária, que também sempre existiu na Assembleia da República em termos de apreciação e aprovação.

Cabe ainda recordar que, da parte do Estado, o papel e acção de todos os Presidentes da República eleitos desde 1976 em relação às Autonomias foi sempre um papel equilibrador, dignificador do Sistema Constitucional e valorizador das especificidades que o fundamentam.

Pode pois dizer-se que o espaço fundamental das conflitualidades continuadas, das acções redutoras, das omissões penalizadoras, das incompreensões insustentáveis, das leviandades infundamentadas, que alimentam e geram injustiças e desequilíbrios acrescidos, foi sempre fundamentalmente o espaço dos poderes executivos, quer da Região, quer da República, conforme as épocas e as motivações.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

A direita nacional, no exercício do Poder da República, teve sempre uma atitude centralista predominante, especialmente sentida pelas Autonomias Regionais.

Essa realidade política não pode nem deve ser escamoteada, disfarçada ou camuflada.

Se, em nome do rigor, quisessemos fazer excepções mais ou menos personalizadas, seria inevitável concluir, que aceitando essas excepções, iríamos verificar que os comportamentos políticos globais, mesmo nos Governos em que essas personalidades pontificaram, a atitude de reserva centralista, de desconfiança na capacidade de auto-governo das Regiões, existiu sempre.

A governação da República à direita ou a influência da direita na governação da República tenderam sempre a tornar de algum modo evidente certos traços centralistas.

Por outro lado, ou melhor dizendo, no lado de cá, um período houve em que uma parte minoritária das forças políticas activas se afadigava, aliás com sucesso, na defesa do Sistema Constitucional da Autonomia, ao mesmo tempo que combatia, sempre, as atitudes político governativas centralistas originadas na República.

Nesse mesmo período outra parte das forças políticas, incluindo a que estava no poder regional, procurava, por vários meios criar condições para alterar o Sistema Constitucional da Autonomia, no que não teve felizmente sucesso, mas desenvolvia acções e conflitualidades que também se dirigiam contra o centralismo.

O tempo e outros factores ponderosos foram fazendo com que "a poeira assentasse", o Sistema Constitucional da Autonomia se consolidasse, o combate aos actos autenticamente centralistas se realizasse, mesmo com apoios em Órgãos de Soberania e que a normalidade de relacionamento começasse a aparecer e a desenhar-se como possível.

Acontece porém que os últimos meses vieram demonstrar, com comportamentos antigos e com surpreendentes comportamentos novos, que não era bem assim.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O actual Governo da República da responsabilidade do PSD e do PP veio demonstrar a enorme dificuldade e falta de vontade já históricas que a direita nacional tem em compreender globalmente a Autonomia, os seus fundamentos sociais e políticos e as suas consequências concretas no exercício dos poderes públicos nos territórios do País que são Regiões Autónomas.

Acresce a esta questão geral que nem sequer é bem compreendida a questão central do relacionamento institucional entre Governos quando se justifica – como fez recentemente o 1º Ministro – a existência de certas medidas para uma das Regiões e a não existência de medidas da mesma natureza para a outra, com o facto desta última eventualmente "não ter reivindicado"!

Ouvir o 1º Ministro do nosso País dizer uma coisa destas leva inevitavelmente à conclusão de que há um défice de compreensão sobre a lógica intrínseca do Sistema Autonómico, da sua inserção num Estado Unitário e do papel que o Governo da República e o conjunto dos Orgãos de Soberania tem que ter no entendimento das carências das Regiões Autónomas.

É para isso e é por isso que há formas institucionais de ligação; é para isso e é por isso que a Constituição da República Portuguesa define o princípio da solidariedade nacional; é para isso e é por isso que os Governos Regionais e da República têm formas habituais de contacto que devem ser sempre accionados.

Mas a justificação do Senhor Primeiro Ministro para a existência das já célebres e até celebradas por alguns cá na Região 38 medidas para a Região Autónoma da Madeira e a não existência de medidas desse tipo para a Região Autónoma dos Açores esbarra na mais simples análise que se pode fazer e essa é evidente.

Diz o Senhor 1º Ministro que os Açores não reivindicaram nada. Mas então porque é que as duas questões prioritárias e fundamentais que foram levantadas — existência de solidariedade nacional para com a reconstrução em 2002 e autorização de endividamento

em 6 milhões de contos em 2003 — foram simplesmente, diria mesmo, brutalmente recusadas, mesmo sem qualquer esforço de concertação de valores?

Será preciso ir a Lisboa reivindicar que o Governo da República cumpra as suas funções quanto às áreas que lhe cabe?

Teria utilidade colocar outros problemas que caberiam eventualmente no conceito de investimentos de interesse nacional a serem feitos em parceria, quando aquilo que é prioritário e urgentíssimo, foi simplesmente adiado ou distendido por mais dois anos?

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do PCP não podia, nem queria deixar de vir a esta tribuna registar estas opiniões fundamentais sobre o actual momento político e, dentro dele, a questão das relações com o Governo da República, relações essas que estão fortissimamente marcadas por uma postura centralista desse Governo.

Mas há ainda três aspectos que não queremos deixar de referir.

Na nossa opinião a Região Autónoma dos Açores nada ganha com quaisquer atitudes provenientes de titulares de Orgãos Regionais que façam desfocar o problema central e esse reside nas práticas sustentadas pelo Governo da República.

Na nossa opinião, em vez de quaisquer atitudes laterais, cabe aos Orgãos Regionais a demonstração firme e serena que a imposição que está a ser feita de ser desacelerado o investimento público em geral e de não serem concluídos os trabalhos de reconstrução já contratualizados até 2004 é demasiado séria e irracional para que não tenha correcção em tempo útil.

Neste sentido não queria deixar de sublinhar em nome do Grupo Parlamentar do PCP, que é legítimo os açoreanos esperarem uma palavra equilibradora, que sempre têm tido do Senhor Presidente da República e que é também legítimo esperarem que a Assembleia da

República, usando os seus poderes, procure dar passos com bom senso, no sentido da situação extrema a que se chegou ter o necessário reequilíbrio.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Uma última palavra para manifestar ainda uma última opinião.

A presente situação de conflitualidade e de discriminação para com esta Região Autónoma tem merecido, tanto quanto se pode compreender pelas declarações mais recentes, o apoio, senão o aplauso das estruturas açoreanas dos partidos que apoiam o Governo da República.

A ser assim esta é uma novidade na história deste tipo de conflitualidade atrás esboçada e que se traduz na inclusão no combate político interno do apoio a medidas da República que contrariam interesses vitais da Região.

Este não é certamente um caminho nem sereno, nem justo, nem adequado e muito menos compreensível pela generalidade dos cidadãos.

Termino, Senhor Presidente, pelo terreno onde comecei: a consolidação do Sistema Autonómico e a sua defesa exige a nosso ver:

A existência de uma unidade regional essencial nas questões de relacionamento com a República;

A capacidade de discernir entre o que é vital, estratégico ou urgente e o que configura opções de política interna, naturalmente diferenciadas;

A capacidade da Região e de ambos os seus Orgãos manterem uma postura que, sendo firme, tem que ser equilibrada no relacionamento com os Orgãos de Soberania.

Disse